



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.617, DE 2020

(Do Sr. Professor Joziel)

Altera a Lei nº 13.146, de 2015, para disciplinar a validade de documentos médicos relacionados à pessoa com deficiência.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-8981/2017.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para disciplinar a validade de documentos médicos relacionados à pessoa com deficiência.

Art. 2º O art. 95 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º; renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art.95

.....

§ 2º Os documentos médicos relacionados à condição causadora da deficiência poderão consignar, em algarismos e por extenso, seu prazo de validade, considerando a evolução clínica que razoavelmente se poderia esperar dela. (NR)”

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As pessoas com deficiência e seus familiares enfrentam dificuldades para o acesso aos seus direitos devidos aos custos, à demora em obtenção do laudo que comprove essa condição, aliados a uma série de outros documentos que precisam ser apresentados para a concessão de um direito. Porém, em vista do caráter permanente de algumas deficiências, a exigência de laudos atualizados não seria razoável, uma vez que em sendo permanente serão logicamente sempre atuais.

Cumpre considerar que as dificuldades para a obtenção do laudo se agravam em contextos como o da atual pandemia de COVID-19, em razão da necessidade de distanciamento social e da sobrecarga de serviços de saúde com atendimento às pessoas infectadas.

Além disso, a necessidade de laudos, atestados ou outros documentos médicos sobrecarregam os serviços de saúde com demandas puramente “burocráticas”.

Esperamos todos que com o avanço da telessaúde, esses documentos poderão ser emitidos pela internet com base no prontuário digital da pessoa com deficiência, ou até mesmo poderão ser dispensáveis, uma vez que, com a anuência da pessoa, sua condição de deficiente pode ser compartilhada com outros sistemas informatizados da Administração direta e indireta, gerando assim uma informação segura (em termos de autenticidade e veracidade), rápida e prática, sem a necessidade de papel.

Enquanto isso, neste novo normal trazido pela pandemia de COVID-19, seria sensato que o profissional de saúde que subscreve o documento, baseado na evolução clínica que razoavelmente se poderia esperar da condição que causa a deficiência, possa emitir seu juízo de quanto tempo pode perdurar essa situação ou de em quanto tempo seria necessária haver uma reavaliação da pessoa com deficiência, e assim definir um prazo de validade para o documento.

Obviamente que um laudo médico emitido com prazo de validade muito extenso pode ainda ser objeto de questionamento por parte do Poder Público, que embora não questione a validade do documento, pode exigir avaliação pericial por junta médica ou perito oficial, o que já é regulado no art. 95 da Lei nº 13.146, de 2015.

Portanto, entendo que esse pequeno parágrafo a ser adicionado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, embora singelo, pode representar melhoria na qualidade de vida dessas pessoas, que não precisariam a todo tempo procurar um serviço de saúde ao mesmo que estes serviços teriam maior eficiência pela redução de demandas puramente burocráticas e que poderiam ser eliminadas sem prejuízo da segurança jurídica dos atos administrativos.

Assim, certo da importância desta medida, peço o apoio dos meus nobres Pares para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado PROFESSOR JOZIEL

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
LIVRO II
PARTE ESPECIAL

.....
TÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 95. É vedado exigir o comparecimento de pessoa com deficiência perante os órgãos públicos quando seu deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade, imponha-lhe ônus desproporcional e indevido, hipótese na qual serão observados os seguintes procedimentos:

I - quando for de interesse do poder público, o agente promoverá o contato necessário com a pessoa com deficiência em sua residência;

II - quando for de interesse da pessoa com deficiência, ela apresentará solicitação de atendimento domiciliar ou fará representar-se por procurador constituído para essa finalidade.

Parágrafo único. É assegurado à pessoa com deficiência atendimento domiciliar pela perícia médica e social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o SUS e pelas entidades da rede socioassistencial integrantes do Suas, quando seu deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade, imponha-lhe ônus desproporcional e indevido.

Art. 96. O § 6º-A do art. 135 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 135.

.....
 § 6º-A. Os Tribunais Regionais Eleitorais deverão, a cada eleição, expedir instruções aos Juízes Eleitorais para orientá-los na escolha dos locais de votação, de maneira a garantir acessibilidade para o eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em seu entorno e nos sistemas de transporte que lhe dão acesso.

....." (NR)

.....
FIM DO DOCUMENTO
